

DIFERENTES CAMINHOS ENTRE NEGROS E NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR. ESTUDO DE GÊNERO E RAÇA.

Ana Luiza dos Santos Julio¹
Marlene Neves Strey²

RESUMO

Este estudo enfoca as variáveis de gênero e raça a partir da sua influência na permanência, na evasão e no sucesso acadêmico, e seus reflexos na construção de uma capacitação profissional de nível superior dos (a)s estudantes bolsistas negros (as) em uma instituição privada em Porto Alegre (RS). A crítica é feita a partir de uma prática em um Programa de Ações Afirmativas através da educação de nível superior. A busca do ensino superior privado tem sido maior por parte de mulheres negras do que de homens negros, contrariando os indicativos do ensino fundamental e médio, que aponta o privilégio dos homens negros em detrimento das mulheres negras. Percebe-se que, ainda que o recorte raça seja pontuado, os caminhos que as negras percorrem têm sido diferenciado dos percorridos pelos negros em busca de ascensão social via educação.

Palavras-chave: raça; gênero; ensino superior.

DIFFERENT WAYS TO BLACK WOMEN AND BLACK MEN IN SUPERIOR EDUCATION. A STUDY ON GENDER AND RACE.

ABSTRACT

This study focuses on gender and race variables and their influence over permanency, evasion and academic success, and their consequences on building a professional qualification of superior education of undergraduate black students with scholarships in a private institution in Porto Alegre (RS). Critic is given from the practice in an Affirmative Action Program through superior education. The search for private superior education comes mostly from black women than from black men, contradicting indications for basic education and high school that privileges black men over black women. It was noticed that even if the race issue is pointed, the paths that black women trace have been different than the ones of black men to seek social mobility through education.

Keywords: race; gender, superior education.

¹ Doutora em Psicologia, bolsista Capes. Mestre em Educação. Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

² Doutora em Psicologia. Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Introdução

Ações Afirmativas no Ensino Superior ainda são necessárias, como um caminho de diminuir as desigualdades socialmente construídas entre a população negra e branca, especificamente no sul do Brasil. Os dados do Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada (IPEA, 2008) nos mostram que as pessoas brancas têm conseguido passar por todos os níveis educacionais com maior facilidade e acesso, e que as pessoas negras têm menores possibilidades em acessar e permanecer neste ambiente educacional e na sociedade geral, por consequência.

Para transformar esta realidade nacional e buscar a equidade racial, surgem, em 2002, as políticas públicas de Ações Afirmativas, como resposta imediata à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata, realizada em, Durbin, África do Sul, em 2001. O resultado da inclusão social via educação pode ser percebido quando lidamos com comunidades, em que quase em todas as famílias repete-se o fato de este estudante, negro, bolsista, ser o primeiro membro da família nuclear, e muitas vezes também da família ampliada, a entrar na Universidade. Isto tem sido de uma repercussão social sem precedências, por assim dizer, porque implica em alteração do meio social destas pessoas.

O Brasil reconheceu-se como racista, comprometendo-se na pessoa do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a combater tais discriminações. A partir deste ato internacional, assegurado pela Presidência da República, passou a viabilizar estas políticas públicas de Ação Afirmativa, como o caminho de reparação social para com a comunidade negra, pela via da educação. Munanga (2004) diz que, não fossem as Ações Afirmativas para que a equidade racial se desse, ou, no mínimo, para que uma aproximação entre o nível sócio econômico e educacional entre negros e brancos ocorresse, seriam necessários 50 anos de estudos da população negra, sem que a população branca permanecesse estudando; supondo uma estagnação acadêmica da população branca. Como isto não é possível, almeja-se a reparação em termos educacionais, através das bolsas de estudo no ensino superior privado. Esta afirmação se dá, em função dos anos todos em que a comunidade negra brasileira foi socialmente impedida de frequentar a escola oficial, redundando na vasta desigualdade educacional dos grupos racialmente definidos. Concomitantemente, quando se evita definir os grupos a partir de seu pertencimento racial, se está ocultando a luz para esta diferença desses grupos.

Apresentaremos a seguir uma experiência de inclusão em uma IES- Instituição de Ensino Superior- no sul do Brasil, na cidade de Porto Alegre, a qual se propôs, em 2004, a assumir algumas modalidades de bolsas de estudos, neste caso, para pessoas negras, antecipando a política pública de cotas nas universidades públicas brasileiras. Na prática desta experiência, afirmamos, como tem sido apontado por Munanga (2004), Brito (2004) e Gomes (2004), e com o que nossa experiência corrobora, não bastar que as políticas públicas propiciem o acesso ao ensino superior, sendo necessário estudos e ações que promovam medidas que contribuam para a permanência desses(as) estudantes no ensino superior, assim como também enfoquem os aspectos do sucesso desses(as) estudantes, não apenas na academia como também nos primeiros anos de sua vida profissional.

Neste estudo também levamos em consideração e analisamos as diferenças que ocorrem entre homens negros e mulheres negras, por estarmos atentas a este notório diferencial de gênero, independente das raças.

Objetivo

Avaliar a permanência e o sucesso acadêmico dos negros e das negras no ensino superior. O palco é o Programa de bolsas no Ensino Privado em uma Instituição de Ensino Superior - IES, a partir do acesso à educação universitária para 280 negros (as) através da bolsa CECUNE (ONG Centro Ecumênico de Cultura Negra). A referida ONG é uma parceira comunitária da IES, assim escolhida, pois sendo do Movimento Negro gaúcho, coube-lhe a responsabilidade, a convite da IES, de estabelecer os critérios e selecionar este montante de estudantes, além de realizar outras atividades com estes estudantes, como as Oficinas de Reconstrução Racial, oficinas estas fundamentais para que a permanência desses (as) estudantes se dê de maneira eficaz, isto é, reconhecendo o porquê da bolsas raciais.

Foi, portanto, a partir de 2004 que estudantes negros (as) têm conseguido se beneficiar desta categoria de Ação Afirmativa, que lhes possibilita o acesso ao ensino superior. Nesta IES existem 29 cursos entre bacharelados e licenciaturas. As categorias de análise são: pertencimento racial e gênero, uma vez que é o corpo negro que possibilita este acesso; e gênero, por entendermos que existem diferenças ao acesso, diferenças essas socialmente construídas.

O propósito desta referência se dá em função de pensarmos em espaços acadêmicos para negros como uma proposição de transformação social, através da educação, passando de vivências sociais excludentes, discriminativas e preconceituosas, para experiências humanas que protagonizem igualdade entre os seres humanos, a partir do reconhecimento das diferenças entre eles.

Aspectos Metodológicos e Teóricos

A pesquisa baseou-se em um Estudo de Caso Único, com duas unidades de análise: gênero e raça. Caso único, por ser a única experiência deste porte realizada no Rio Grande do Sul, e, neste montante, também no Brasil. Yin (2009), ao teorizar sobre este método de pesquisa, indica a sua importância, quando a generalizamos para as possibilidades de outras coletividades, a partir dos achados neste contexto específico. Portanto, esse “estudo de caso único”, conforme nossos achados, é generalizável e disponível ao entendimento de outros processos de grupos racialmente excluídos ou ainda outras situações de desigualdade coletivadas.

Assim, a ONG CECUNE realizou algumas Oficinas de Reconstrução de Identidade Racial com o intuito de capacitar racialmente o grupo específico de estudantes. Essas Oficinas e outros materiais colhidos em várias entrevistas foram utilizados como material para o Estudo de Caso. Utilizamos também a análise de entrevistas com histórias de vida como um indicativo do chamado sucesso acadêmico e sua vinculação com o pertencimento racial. Utilizamos o material coletado de uma das oficinas em que a identidade racial destes estudantes foi apontada como fator preponderante na construção de sua vida acadêmica, assim como para a posterior vida profissional, uma vez que este foi o viés que lhes possibilitou fazer esta entrada na vida acadêmica: a bolsa, definida pelo seu pertencimento racial. Portanto, é o seu corpo negro que lhe torna universitário.

Dos 280 bolsistas negros, apenas 73 participou dessa oficina, sendo 23 homens e 50 mulheres, cada qual de diferente curso de graduação. É importante apontarmos que todos os procedimentos éticos foram assegurados, desde a autorização da IES que estes

estudantes frequentaram, como dos próprios estudantes, que assinaram termo de consentimento dessas informações para fins de pesquisa.

Nesta oficina de Reconstrução de Identidade e de Pertencimento Racial, foi solicitado aos (as) estudantes que fizessem uma entrevista com história de vida de um familiar que lhes fosse significativo, na faixa etária maior de 60 anos, incluindo aí os percalços e os sucessos pelos quais esta pessoa tenha passado; se ocorreram atos de discriminação racial, e enfim, quais os dados significativos que a fizeram ser a pessoa de referência deste (a) estudante.

A idade provável deste (a) familiar nos remete aproximadamente a uma vida jovem adulta vivida nos anos 1960, período em que o racismo e a discriminação racial eram notoriamente frequentes e explícitos na sociedade brasileira. O material obtido foi categorizado em: qualidade de infância; nível de escolarização; esquema familiar; e consciência de negritude e de pertencimento racial.

A partir da análise do material coletado, conclui-se que a maioria dessas pessoas passou por infâncias precárias, com baixa condição econômica, com baixa escolarização, com famílias afetiva e economicamente fragilizadas, e que todas essas condições de precariedade se deram em função das condições de desigualdade social em que os homens e as mulheres negras são expostas, ao serem impedidas de estudar e de, em assim fazendo, poderem melhor qualificar-se profissionalmente. Estando fora da escolaridade formal, a essas pessoas restam os trabalhos periféricos, mal remunerados e que, além destes aspectos, contribuem na precariedade de suas autoestimas.

Essas pessoas foram avaliadas como “heróis” e “heroínas”, ainda que com destaque social diferenciado, por terem passado por trajetórias sociais que serviram de “exemplos” de “caminho a seguir”. Estes heróis foram pessoas vencedoras de outra luta, que talvez possa ser traduzida como uma luta pela dignidade de ser. São pessoas que vivenciaram relações sociais de franca discriminação racial, sendo em um contexto social em que esta discriminação racial era mais evidente, explícita e corriqueira.

E porque ter como herói alguém que tem como marca registrada na pele e na alma, uma história de discriminação? Justamente por terem sido estas as pessoas que foram significativas na construção identitária dos (as) estudantes. Nesse sentido, há na história de vida dessas pessoas, processos de resiliências que as tornam capacitadas a enfrentar as adversidades sociais. Entretanto, o que raramente ocorre é o cruzamento dessas adversidades com os processos de racismo ou de discriminação racial, pois esse tema tem sido pouco trabalhado pelos brasileiros e pela academia como um todo. Por isso, as oficinas propostas pelo CECUNE se tornam tão significativas, ao contribuírem para que esses (as) estudantes percebam o que ocorreu ao longo das histórias de vida de seus familiares, assim como, não raras vezes, em suas próprias histórias de vida, no que se refere a sua condição de pertencimento racial.

Quanto à questão de gênero, nos chamou a atenção que as mulheres negras têm se mostrado muito mais resistentes do que os homens negros. Mesmo diante de uma multiplicidade de dificuldades que se apresentam, tais como o cuidado da família, com a lida de casa, com a falta de recursos financeiros para realizar as tarefas acadêmicas e enfim, mesmo quando necessitam “carregar a casa na mochila”, como refere uma das entrevistadas, elas desistem muito menos que os homens, mesmo quando estes não têm tantas tarefas sociais a cumprir, além das próprias tarefas acadêmicas. Também nas entrevistas com os “heróis” e “heroínas”, percebe-se uma forte participação de mulheres em detrimento a homens negros.

Brito (2004) e Munanga (2004) apontam para a questão das Ações Afirmativas como condições de acesso e permanência do ensino superior. Julio (2005) refere a discrepância de gênero na educação formal dos negros(as), e Bento(2002) aponta que

estas questões se dão em função de uma política de branqueamento no Brasil. Como vivemos em um país e em um Estado que nega veementemente ser racista (e não se pode esquecer que racismo é crime), é possível que alguns negros(as) não tenham o assim chamado, caminho de consciência política, e nem mesmo reconheçam seu pertencimento racial.

A educação formal brasileira não reconhecia, antes da Lei 10.639/03 que preconiza o estudo dos valores africanos na composição e formação do povo brasileiro, que homens e mulheres negras têm atributos diferentes dos de homens e mulheres de outras raças, e de que precisam ser valorados naquilo que são. Até então, a educação brasileira tem lidado, no mínimo, de forma displicente, com a questão racial, ou de maneira discriminatória, posto não valorar a contribuição negra na cultura e na vida social brasileira, assim como na formação e construção do Brasil como um todo. Se a educação não “ensina” os valores, quem o fará? Não fossem as oficinas realizadas pelo CECUNE, alguns desses (as) estudantes possivelmente não teriam a oportunidade de avaliar suas condições de vida, a partir do pertencimento racial.

Há que considerar o quanto estes (as) estudantes rompem com categorias pré-estipuladas, tais como a cultura social e educacional que restringe certos saberes a determinadas parcelas racializadas da população. A intelectualização historicamente provém dos cânones europeus, enquanto que a servidão adveio dos preceitos de discriminação racial ao povo que veio da África. Assim, quando estes (as) estudantes fazem uma escolha profissional pela formação de nível superior, estão fazendo (consciente ou inconscientemente) um recorte na história, na geografia, na educação, nas artes plásticas e, fundamentalmente, na sociedade Rio Grandense, que passará, a médio tempo, a ter de abrigar profissionais que são diferentes, não apenas em sua pele, mas em tudo aquilo que os (as) constitui enquanto sujeitos. Estamos diante de uma caminhada de conscientização de pertencimento racial, e mais ainda do que isso, de uma possibilidade de constituição de subjetividades diferenciadas. Essa conscientização permite aos negros(as) visualizarem melhor as suas possibilidades em uma sociedade como a gaúcha que prima e, inclusive, sente orgulho de certos valores hegemônicos e tradicionais, como ser branco, homem e rico. Pensar-se negro(a), é um ato político. Sentir-se negro(a), é um ato existencial. Lutar e transformar seu fazer em política de reconhecimento e pertencimento racial é um ato revolucionário, político, ideológico e, sobretudo, um ato de empoderamento racial que apenas cada um(a), em sua dimensão e subjetividade, é capaz de alcançar, em prol de toda a coletividade branca e negra.

Ainda segundo Hofbauer (2006), o termo racismo surge mais como um conceito de luta do que um conceito analítico propriamente dito, o que garante que o podemos considerar na formulação de políticas públicas de Ação Afirmativa que se traduzem fundamentalmente pelo acesso de estudantes negros (as) em todos os níveis de escolarização, desde o ensino fundamental até aos cursos de pós-graduação, na medida em que se entende a necessidade da presença de negros(as) em todos os lugares que compõem a sociedade organizada. Somos sabedores da existência dos assim chamados heróis e heroínas que traduzem a noção de resistência racial para que seja possível estar onde conseguiram chegar. Ainda assim, sabe-se que, para que a permanência se dê de fato, outras mobilizações são necessárias, dentre elas, que possa haver pólos identificatórios dentro dos próprios espaços acadêmicos, mesmo porque já há um cabedal de graduados e de pós-graduados negros e negras no Brasil.

O acesso ao ensino superior já tem sido protagonizado por essas e outras experiências. Contudo, para além deste acesso, para além desta abertura deste campo universitário, se faz necessário que ações afirmativas protagonizem a permanência, isto é, como ficar no âmbito acadêmico e perpassar toda a exigência da vida acadêmica. Este

é um segundo ponto que não deve ser negligenciado, porque é justamente aí que se situa grande parte das dificuldades destes (as) estudantes. É importante frisar que o critério de entrada destes (as) estudantes na Universidade é pela aprovação no Vestibular, tal qual todo o estudante pagante, e que, diferente das cotas das Universidades Públicas, este aluno só se diferencia porque ele não possui o recurso financeiro para custear seus estudos. Portanto, até este dado momento, ele em nada se diferenciou do pagante. Não há um percentual de vagas destinada a ele ou a qualquer outro coletivo dentre aos coletivos que barganham as bolsas comunitárias. Existem recursos financeiros que os garantem estudar na IES.

Resultados

Considerando o atual estado de dificuldade na permanência no ensino superior em função de falta de recursos financeiros para a passagem de ônibus, alimentação, material didático e outros, estimamos que, após serem mapeados os caminhos de seu processo identificatório na construção de sua vida acadêmica, seja possível buscar soluções para lidar com o(s) problema(s) que daí possam surgir. Bento (2002) tem demonstrado como são as consequências da política de branqueamento em que homens e mulheres brasileiras, quando não negros, são considerados como indivíduos, isto é, são o *João* e a *Maria*, e, em sua individualidade, são sujeitos livres. Quando, porém, trata-se de homens ou de mulheres negras, é outro processo social, ocorrendo aí um reconhecimento racial (negativo), uma coletivização, fazendo sumir-se o indivíduo.

Neste sentido, reconhecemos a importância de que estes estudantes possam saber-se racialmente pertencentes. Aqui no sentido positivo: discriminação positiva. Estima-se que estes (as) estudantes, através das oficinas de reconstrução de identidade racial, possam reavaliar quem são e iniciarem sua caminhada profissional, empoderados racialmente. É importante enfatizar que as oficinas ocorrem paralelamente à formação universitária. A reavaliação destas é permanente. É aprendido, como prática de vida: saber-se quem se é e onde se está.

A permanência destes (as) estudantes no ensino superior é, em si, parte dos resultados esperados. Aproximadamente 150 destes concluíram sua formação, até o final de 2009. Estima-se que, para além da permanência, o sucesso acadêmico e profissional seja possibilitado. Como consequência, a comunidade negra passa de um lugar de invisibilidade social, para outro lugar de equidade social e racial.

É importante ainda enfatizar, atentos à questão de gênero, que há diferenças entre homens e mulheres nesta caminhada, posto que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras não equivalem às situações que passam os homens negros. Assim, nos impressiona o tanto que as mulheres negras tendem a ousar nos seus enfrentamentos da vida acadêmica.

Uma das perguntas na entrevista para este estudo questiona se estes estudantes percebem diferenças em suas experiências de vida, de acordo com o seu gênero. Em geral, os homens responderam não perceberem diferença alguma. Dois destes estudantes, porém, referiram perceberem que as discriminações raciais para com as mulheres são mais incisivas, tanto no mercado do trabalho, quanto na sociedade como um todo.

O mercado não costuma contratar mulheres negras para funções mais qualificadas, mesmo quando estas estejam preparadas. Na seleção curricular, sem foto, passam. Quando chegam ao nível da entrevista, em geral mulheres negras não passam, mesmo quando, supostamente todo o processo de seleção esteja transcorrendo de forma

explícita. As mulheres, estudantes bolsistas, corroboram, afirmando sentirem-se discriminadas em alguns destes processos de seleção; uma delas refere um escritório de advocacia em que todo o processo foi ótimo, tendo passado inclusive pelas entrevistas coletivas, mas que havia “esbarrado” na entrevista com o diretor do escritório, que, explicitamente, demonstrou-se *surpreso* diante da pessoa da estudante. Esta refere que foi orientada a aguardar em casa e que não foi feito mais contato. A própria estudante refere ter consciência do que se passou naquela seleção, por ter participado das oficinas de reconstrução racial. Não fossem estas oficinas, ela teria atribuído à recusa do escritório para com ela, a outra razão, provavelmente de ordem pessoal, e que lhe causaria sérios problemas na autoestima, como é próprio de ocorrer em quem não percebe a dimensão social da discriminação racial, que vai enfraquecendo, impossibilitando psicologicamente o sujeito. Vão ceifando, gradualmente, suas condições de subsistência, primeiro material, pelos inacessos a trabalhos mais bem remunerados; depois social, impedindo-lhes, sutilmente, a mobilidade social. Por fim, a pessoa se sente psicologicamente incapaz. Estas mulheres tendem a permanecer em serviços domésticos, mesmo quando já possuem qualificação para outros afazeres. Assim, não apenas seus rendimentos permanecem limitados, como seu próprio tempo a ser dedicado à formação torna-se escasso.

Há aí dupla discriminação: racial e de gênero, revestida de outros conceitos. Desta forma, para mulheres negras, frequentar a universidade e buscar recursos financeiros e outras questões exigidas pela sua formação, tem se mostrado bastante limitante. Por isso, afirma-se veementemente que mulheres negras, carentes economicamente e que lutam pela sua formação universitária, são, ousadamente, guerreiras. E diante delas devemos reverência.

Todos os entrevistados reconheceram que poder dispor de um dia mensal ou bimensal para poder estar entre os iguais, estudando e buscando entender aspectos de sua cotidianidade e das discriminações que são socialmente construídas, é essencial para sua formação pessoal e profissional. Todos reconheceram também que os temas trabalhados nas oficinas nunca foram trabalhados em sala de aula, na academia propriamente dita e que são temas que se tornam fundamentais para sua integridade profissional. Outros estudantes perderam-se na sua caminhada acadêmica, justamente porque, sem o apoio e a referência da ONG, não souberam a quem e como recorrer quando das dificuldades.

O maior resultado esperado é vermos pessoas de todas as cores e credos em todas as instâncias da sociedade gaúcha para que a democracia possa se fazer presente, na sua real acepção. Hoje, já se formaram cerca de 150 estudantes bolsistas na modalidade Bolsa CECUNE. Há ainda 60 estudantes regularmente matriculados, o que nos faz estimar que, aproximadamente, 70 estudantes desistiram.

Considerações Finais

Ao longo destes seis anos temos percebido a necessidade de estabelecer melhor as diretrizes que postulam a existência das bolsas na IES. Ficou notório a importância da ONG CECUNE no fortalecimento identitário dos(as) estudantes e que a repercussão da permanência da ONG se faz sentir intensamente pelo corpo discente. Que a ONG protagonista das oficinas de Reconstrução Racial teve papel fundamental para a permanência, assim como para o sucesso acadêmico dos(as) estudantes. Que a ONG contribui amenizando algumas inabilidades acadêmicas. Conclui-se que a permanência destes discentes no ensino superior é o foco principal a ser trabalhado, porque há uma

fragilidade em suas relações acadêmicas, diante das quais estes(as) estudantes(as), em sua maioria, não têm conseguido articular-se muito bem neste ambiente diferenciado.

Confirmamos nossas suspeitas acerca da inegável necessidade de Oficinas de Reconstrução Racial, para que estes(as) estudantes possam melhor se beneficiar das bolsas de estudo que lhes foram propiciadas. Ao alcançar apenas o acesso, sem o acompanhamento e a construção da vida acadêmica, poderá ocorrer justamente o resultado contrário ao que se deseja, posto que uma possível culpabilização e responsabilização negativa em relação a estes estudantes negros e negras estarão postas. Algo do tipo “incapacidade acadêmica” ou mérito acadêmico poderá vir à tona, justificando a não necessidade de manutenção de tais programas. Há que ser socialmente construídas tais condições, para que a inclusão social via políticas públicas na educação superior seja real e possa concretizar o ideário da equidade racial, assim como a democracia real entre homens e mulheres, negros e brancos e aqueles todos(as) outros(as) a quem esta temática possa interessar.

Referências

- Bento, M. A. S.(2002). Branqueamento e Branquitude no Brasil. - In: Psicologia Social do Racismo – *Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, Carone, I. , Bento, M. A. S. (orgs.). Vozes, Petrópolis.
- Brito, E. (2004). Ações Afirmativas: um bom caminho à percorrer. - In: *Afirmando Direitos Acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Gomes, N. e Martins, Aracy (orgs) Belo Horizonte: Autêntica.
- IPEA – (2008). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- UNIFEM – *Retrato das Desigualdades*, 3ª ed. 2008.
- Hofbauer, A.(2006). Ações afirmativas e o debate sobre o racismo no Brasil. *Lua Nova. São Paulo*,6, 9-56
- Julio, A. L. S.(2005). *A educação das relações violentas e sua naturalização: um estudo sobre a experiência de mulheres negras na vila cruzeiro em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Disponível no site: www.metodistadosul.edu.br/catedradegenero/publicações
- Gomes, N. L.(1996). Mulheres Negras e Educação: Trajetórias de Vida, Histórias de Luta. *Revista Cadernos Pagu*, Unicamp, n.6 e 7.
- Munanga, K.(2004). Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Um ponto de vista em defesa de cotas – In: Gomes, N. L. ,Martins, A.(org.) *Afirmando Direitos – Acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Autêntica Editora, São Paulo, São Paulo. Coleção Cultura Negra e identidades, Série PPCor.
- Yin, R.(2009). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman.

Endereço para correspondência:

Ana Luiza dos Santos Julio
Rua Jarbas Siqueira Pereira, 240
Jardim Carvalho, CEP 91430-130
Porto Alegre
E-mail: a-julio@hotmail.com

Recebido em:10/05/2011.

Aceito para publicação em:22/10/2011.